



Manual Básico de LGPD

Sumário

3	Introdução
6	Principais Conceitos
10	Aplicação da Lei
12	Princípios
17	Legalidade do Tratamento
21	Direitos do Titular
24	Transferência Internacional de Dados
27	Segurança e Boas Práticas
29	Conclusão

Introdução

A LEI Nº 13.709 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD)

foi aprovada em 14 de agosto de 2018.

Sua aprovação significou um marco do início de uma nova cultura tanto no setor privado como público: uma cultura de transparência centrada na pessoa física trazendo mais segurança jurídica para empresas, e mais direitos e garantias aos titulares sobre suas próprias informações e no aumento da segurança aplicada ao tratamento dos dados pessoais.

Muitos comparam a instituição de uma nova mentalidade pela LGPD com a instituída pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), a Lei nº 8.078 aprovada em 11 de setembro de 1990. O CDC determinou maior transparência nas relações com os consumidores, bem como maior proteção de seus interesses em face de fornecedores de produtos e/ou serviços. A mudança de cultura foi tão grande que, a partir de 2010, os estabelecimentos passaram a ser obrigados por lei a manter um exemplar do CDC em local visível e de fácil acesso ao público.

Já é possível observar mudanças crescentes e consistentes no mercado com a implementação dos princípios e normas da LGPD nas organizações, e isso tem se traduzido em ações de conscientização, textos mais claros e transparentes em contratos e na política de privacidade dos portais, maior contratação de ferramentas e sistemas de segurança da informação,

certificação de profissionais na matéria de proteção de dados, dentre outras. Ainda que muito se fale sobre a LGPD, permanecem algumas dúvidas e equívocos de interpretação da lei. Dessa forma, a Neoway desenvolveu este “Manual Básico da LGPD”, tratando dos seguintes assuntos:

**Principais Conceitos;
Aplicação da Lei;
Princípios;
Legalidade do Tratamento;
Direitos do Titular;
Transferência Internacional de Dados;
Segurança e Boas Práticas.**

A **NEOWAY** E A **LGPD**

Ao final de cada seção, apresentaremos o quadro “A Neoway e a LGPD”, em que faremos uma contextualização dos tópicos tratados para a realidade da Neoway.

Esperamos que este material seja útil para você, e desejamos uma ótima leitura!

1. Principais Conceitos

EM PRIMEIRO LUGAR, É IMPORTANTE DEFINIR BEM OS PAPEIS E EXPRESSÕES UTILIZADAS PELA LEI.

Os principais conceitos abordados pelo artigo 5º da LGPD são:

1 Dados pessoais

Informações relacionadas a pessoas físicas que podem ser identificadas direta ou indiretamente, por meio de um conjunto de informações.

2 Dados pessoais sensíveis

Dentro da categoria de dados pessoais, os dados pessoais sensíveis são exclusivamente as informações relacionadas à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico quando vinculadas a uma pessoa física.

3 Dados anonimizados

Informações que se referem a pessoas físicas, mas que não podem ser ligados a nenhuma pessoa física específica nem direta, nem indiretamente,

considerando-se os meios técnicos disponíveis. Exemplo: “mulher”, “faixa de 20 a 25 anos”, “vendedora”, “Estado de São Paulo”. Apenas com essas informações, não é possível determinar uma pessoa específica, um único CPF. Em geral, dados anonimizados são utilizados em estudos estatísticos.

4 Titular de dados

Pessoa física a quem os dados se referem.

5 Controlador

Pessoa física, ou entidade do setor público ou privado, que determina a finalidade e a forma de tratamento dos dados pessoais, dentre outros fatores relacionados ao processamento.

6 Operador

Pessoa física, ou entidade do setor público ou privado, que realiza o tratamento dos dados pessoais em nome do Controlador.

7 Encarregado

Também chamado de Data Protection Officer (DPO), o Encarregado pela Proteção de Dados é uma pessoa indicada pelo Controlador/Operador para agir como canal de comunicação entre o Controlador e os titulares de dados, e entre o Controlador e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O DPO pode tanto ser interno à organização como externo, em regime de contratação de prestação de serviços (também conhecido como “DPO as a service”).

8 Tratamento

Toda e qualquer operação com dados pessoais. Alguns exemplos: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

9 Autoridade Nacional

Órgão da administração pública responsável por fiscalizar o cumprimento da LGPD no território brasileiro.

A NEOWAY E A LGPD

Considerando as definições legais de Controlador e Operador, a Neoway se enquadra como “Controladora” dos dados pessoais sob sua responsabilidade, pois determina quais dados serão coletados, como eles serão modelados e armazenados, quais medidas de segurança da informação serão aplicadas ao tratamento, como esses dados serão disponibilizados na Plataforma Neoway e para quais finalidades, e determina todas as demais especificações do tratamento dos dados. Porém, a depender do tipo de situação, a Neoway pode se enquadrar como “Operadora”. Quando seus clientes compartilham dados por eles controlados, para que a Neoway possa processá-los e gerar inteligência para subsidiar a tomada de decisão pelos clientes. Nesses casos, os clientes da Neoway são os responsáveis por definir as finalidades do tratamento dos Dados Pessoais, por serem os controladores de tais dados.

2. Aplicação da Lei

✓ Aplicações

De acordo com o artigo 3º da LGPD, estão sujeitas à aplicação da lei todos os tratamentos de dados pessoais:

- realizados no Brasil;
- que envolvam a oferta de bens ou serviços para titulares que se encontram no Brasil, - seja de modo gratuito ou oneroso -, e independentemente do país em que o tratamento ocorra, e
- que envolvam dados pessoais coletados no Brasil.

✗ Exceções

Já o artigo 4º da Lei traz exceções expressas à aplicação da LGPD, que se resumem aos tratamentos de dados pessoais realizados para fins:

- particulares e não econômicos;
- exclusivamente jornalísticos, artísticos ou acadêmicos;
- exclusivamente de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, e
- que não tenham nenhum contato com o Brasil em toda a cadeia do processamento.

A NEOWAY E A LGPD

Como a Neoway coleta dados pessoais no Brasil e realiza o tratamento de dados pessoais no Brasil, a LGPD é aplicada às operações de tratamento realizadas pela empresa.

3. Princípios

O artigo 6º da Lei estabelece que
**OS SEGUINTE PRINCÍPIOS DEVEM
SER OBSERVADOS NO TRATAMENTO
DE DADOS PESSOAIS:**



Finalidade

Tratar os dados pessoais para objetivos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.



Adequação

Tratar os dados pessoais de forma compatível com as finalidades informadas ao titular dos dados.



Necessidade

Tratar somente os dados necessários - tanto em questão de categorias de dados, como em proporção -, o mínimo possível para atingir as finalidades.



Livre acesso

Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais tratados, bem como à forma e duração do tratamento.



Qualidade de dados

Garantir exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados.



Transparência

Dar acesso aos titulares a informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre o tratamento de seus dados pessoais, resguardados os segredos comercial e industrial.



Segurança

Utilizar medidas técnicas e administrativas/organizacionais para proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado, seja intencional ou acidental.



Prevenção

Adotar todas as medidas possíveis para evitar danos ao (ou em decorrência do) tratamento de dados pessoais.



Não discriminação

Não utilizar o tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.



Responsabilização e prestação de contas

Demonstrar a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados.

A **NEOWAY** E A **LGPD**

A Neoway aplica em sua operação todos os princípios estabelecidos pela LGPD. Apenas para exemplificar alguns deles, vejamos os quatro últimos:

Qualidade dos dados: A Neoway assegura que os dados estão atualizados e refletem exatamente como estão disponíveis na fonte original.

Responsabilização e prestação de contas: Todas as operações com dados são rastreáveis, e, em questão de Governança de dados, a Neoway adota as melhores práticas internacionais de segurança da informação, sendo a primeira empresa da América Latina a aplicar governança de dados baseadas no modelo de Data Maturity Model (DMM). A Neoway aprimora constantemente seu programa de governança de dados baseada no modelo pelo Capability Maturity Model Integration (CMMI) Institute, uma organização da ISACA (Information Systems Audit and Control Association), associação internacional que suporta e patrocina o desenvolvimento de metodologias

e certificações para o desempenho das atividades de auditoria e controle em NEOWAY sistemas de informação. E o modelo DMM vai muito além da governança de dados, pois também engloba melhores práticas para a gestão das operações com dados, da qualidade dos dados, bem como da plataforma e arquitetura envolvidas, dentre outros aspectos. É um modelo completo para estabelecer, construir, sustentar e otimizar o gerenciamento efetivo de dados em todo o seu ciclo de vida.

Segurança: Os controles da ISO 27001 e ISO 27002 são incorporados às operações da Neoway por meio de sistemas e ferramentas que estão em linha com o que há de mais recente de segurança da informação no mercado, e também por meio de treinamentos internos para desenvolver a cultura “Neo-SEC-way”.

Transparência: Todas as informações sobre o tratamento dos dados que a Neoway coleta diretamente dos titulares encontram-se no [Aviso de Privacidade do Site](#). No mais, a Neoway também disponibilizou a [Nova Política de Tratamento de Dados](#). Havendo qualquer dúvida, o titular poderá entrar em contato pelo e-mail privacidade@neoway.com.br.

4. Legalidade do tratamento

De acordo com o artigo 7º e 11 da LGPD, os dados pessoais e dados pessoais sensíveis somente podem ser tratados se tiverem ao menos uma das bases legais elencadas a seguir:

BASE LEGAL	DADOS PESSOAIS	DADOS SENSÍVEIS
Consentimento do titular	⊗	⊗
Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	⊗	⊗
Execução de políticas públicas pela administração pública	⊗	⊗
Realização de estudos por órgão de pesquisa	⊗	⊗
Execução de contrato ou procedimentos preliminares com o titular e a pedido do titular	⊗	
Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral para dados pessoais e exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral para dados pessoais sensíveis	⊗	⊗
Proteção da vida e incolumidade física	⊗	⊗
Tutela da saúde em procedimento feito por profissionais ou serviços de saúde, ou autoridade sanitária	⊗	⊗
Interesse legítimo	⊗	
Proteção do crédito	⊗	
Prevenção à fraude e à segurança do titular		⊗

DADOS ABERTOS

Além disso, é importante lembrar que, dentro do chamado “ordenamento jurídico” do conjunto de leis do país, as leis devem conversar entre si, criando um sistema. Dessa forma, o tratamento de dados permitido por outros atos normativos, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011, “LAI”), o Decreto nº 7.724/2012, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2012 e o Decreto nº 8.777/2016 (em conjunto, “Política de Dados Abertos”) já está devidamente autorizado por lei.

De acordo com a Política de Dados Abertos, o sigilo de informações é a exceção, cabendo aos órgãos públicos a responsabilidade de restringi-las conforme a necessidade. Da mesma forma, cabe aos órgãos públicos observar o conceito de transparência ativa, por meio da divulgação de todas as informações de interesse coletivo ou geral por iniciativa própria, independentemente de requerimento.

A NEOWAY E A LGPD

A quase totalidade dos dados pessoais disponibilizados publicamente é coletada de bases públicas com base na LAI. O restante dos dados provém de parceria estratégicas com garantias contratuais de legalidade dos dados e transparência ao titular quanto ao tratamento feito pela Neoway.

Os dados tratados pela Neoway, são sempre utilizados, mas não se limitando, às finalidades indicadas abaixo, relacionadas aos nossos principais produtos e soluções oferecidos aos nossos clientes:

Risk & Compliance: Validação de informações por clientes da Neoway para prevenir fraudes, ajudar em investigações de compliance e medir riscos de negócios.

Sales & Marketing: Identificação de empresas e pessoas localizadas em determinado espaço geográfico ou em um grupo pré-definido pelos nossos clientes; análise de dados de clientes que já são atendidos pelos clientes da Neoway para fortalecimento das relações existentes; e tratamento de informações sobre clientes e prospects de clientes da Neoway com o objetivo de identificar oportunidades para ampliar os serviços/produtos ofertados.

Legal Analysis: Análise de processos judiciais com base em dados estatísticos; pesquisas de decisões e teses judiciais de acordo com pesquisas personalizadas; auxílio no desenho de estratégias processuais; realização de prognósticos de probabilidade de êxito em demandas judiciais; identificação de tendências de teorias jurídicas empregadas nos tribunais; e elaboração de peças processuais padronizadas.

Os dados relacionados ao uso da Plataforma Neoway poderão ser coletados e retidos pela Neoway pelo prazo necessário ao (a) cumprimento das obrigações legais e regulatórias a que a Neoway está sujeita; e (b) atendimento dos interesses legítimos da Neoway ou de terceiros, inclusive na medida necessária para possibilitar eventual defesa dos direitos e interesses da Neoway ou de terceiros em eventuais processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

5. Direitos do Titular

Pela leitura do
artigo 18 da LGPD,
**A PESSOA FÍSICA
TEM OS SEGUINTE
DIREITOS:**

- I.** confirmação da existência de tratamento;
- II.** acesso aos dados;
- III.** correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV.** anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- V.** portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- VI.** eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no artigo 16 da Lei (cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD, ou uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados);

- VII.** informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou o uso compartilhado de dados;
- VIII.** informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- IX.** revogação do consentimento, nos termos do § 5º do artigo 8º da Lei, segundo o qual “o consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação”.

A NEOWAY E A LGPD

Somos uma empresa de tecnologia aplicada a negócios. Usamos dados para gerar inteligência e ajudar nossos clientes a tomar decisões informadas. Para atingirmos os nossos objetivos, agregamos dados de diversas fontes publicamente acessíveis e efetuamos análises para melhorar o entendimento de nossos clientes sobre cenários complexos e facilitar tomadas de decisão de forma mais assertiva. Por exemplo, os dados que constam disponíveis em bases públicas, sujeitos à Política de Dados Abertos, somente poderão ser atualizados de fato se houver uma atualização direto na fonte originária, no órgão público que disponibiliza esses dados.

A Neoway poderá, portanto, efetivar diretamente os direitos dos titulares em alguns casos (como a solicitação de acesso aos dados disponibilizados pela Plataforma), e, em outros, poderá direcionar o titular ao Controlador originário para que o direito seja exercido de forma plena.

6. Transferência Internacional de Dados

O artigo 33 da LGPD determina que

A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS SOMENTE É PERMITIDA:

- I.** para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD;
- II.** quando o controlador comprovar o cumprimento dos princípios, direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos na LGPD, na forma de cláusulas contratuais específicas para determinada transferência, cláusulas-padrão contratuais, normas corporativas globais ou selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;
- III.** quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional;
- IV.** quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- V.** quando a autoridade nacional autorizar a transferência;

- VI.** quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;
- VII.** quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público, sendo dada publicidade;
- VIII.** quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades; ou
- IX.** quando necessário para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados ou para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

A NEOWAY E A LGPD

O provedor de serviços de nuvem que a Neoway utiliza tem sede nos Estados Unidos e servidores espalhados pelo mundo. Atualmente, os dados sob responsabilidade da Neoway são armazenados no Brasil e nos EUA. A transferência internacional envolvida na operação de armazenamento dos dados está legitimada por cláusulas contratuais específicas para essa transferência (inciso II do artigo 33 da Lei), que garantem nível elevado de proteção de dados pessoais, adequado à LGPD.

7. Segurança e Boas Práticas

Segundo o artigo 46 da LGPD, o Controlador e o Operador devem “adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito”. Isso significa que esses agentes devem (i) implementar sistemas, ferramentas e serviços aptos a proteger e monitorar o tratamento de dados pessoais, e (ii) apresentar políticas, normas e procedimentos internos que orientem a atuação dos colaboradores em prol da proteção de dados pessoais.

É recomendável que todos os controles técnicos e administrativos observem melhores práticas reconhecidas pelo mercado, como as estabelecidas pela ISO 27001 e ISO 27002.

A NEOWAY E A LGPD

A Neoway aplica a ISO 27001 em todas as suas operações de tratamento de dados, desde a coleta até o descarte seguro. Também exige que todos os seus colaboradores envolvidos no tratamento de dados assinem o Termo de Confidencialidade, promove treinamentos em matéria de Segurança da Informação e Proteção de Dados, aplica as medidas apropriadas para garantir a integridade dos dados e também assegura a disponibilidade por meio de backup e plano de resposta a incidentes, por exemplo.

Conclusão

A LGPD instituiu novos conceitos, princípios, direitos e obrigações que, em conjunto, traduzem uma **NOVA CULTURA DE MERCADO NAS OPERAÇÕES COM DADOS PESSOAIS, DE MAIOR TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA.**

Como o “core business” da Neoway é Big Data, a Neoway sempre teve uma atenção e cuidado especial com a gestão e proteção de dados, e, ao longo das seções, foi possível verificar como a Neoway já implementou os controles da LGPD em sua operação.

O assunto é extenso, mas esperamos que esse material possa contribuir para a disseminação de conhecimento dos principais tópicos da LGPD e para **a transparência em relação ao tratamento de dados pessoais realizado pela Neoway.**

